

CAPITAL, CIÊNCIA E PRECARIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A (DES) QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA PETROBRÁS

CAPITAL, SCIENCE AND INSECURITY: A STUDY OF THE PROFESSIONAL DISQUALIFICATION OF WORKERS AT PETROBRAS

Carlos Roberto LUCENA¹

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos das transformações do capitalismo monopolista nos trabalhadores petroleiros. Realiza uma discussão sobre a qualificação profissional, articulada com o desemprego gerado pela atual crise do capitalismo. Demonstra a consolidação da (des) qualificação profissional como instrumento para conter a luta de classes. Demonstra que o conceito de qualificação profissional transcende o tecnicismo. A qualificação vai além do domínio da máquina, englobando diversos fatores que se interligam em um mesmo processo, como a política, a cidadania e a qualidade de vida.

Palavras-chave: Capitalismo Monopolista; Qualificação Profissional; Precarização do Trabalho.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyse the impacts of the transformations of the monopolist capitalism. It holds a discussion about professional qualification, articulated with the unemployment created by the crisis of capitalism. It shows the consolidation of the professional (dis) qualification as a tool restrain the class struggle. It demonstrates that the concept of professional qualification transcends technicism. The qualification goes beyond the domain of machine, including several factors which are interwoven in a same process such as politics, citizenship and quality of life.

Key words: Monopolist Capitalism; Professional Qualification; Precarization of the Work.

⁽¹⁾ Docente, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador da Linha de Pesquisa em Políticas e Gestão em Educação. *E-mail:* carloslucena@centershop.com.br

Introdução

A história da formação profissional dos trabalhadores da Petrobrás é compreendida a partir das mediações dialéticas existentes entre esses trabalhadores e as transformações estruturais do capitalismo monopoliista nas últimas décadas. A Estatal, fundada na década de 50 do século XX, impulsionada pelo crescimento do fordismo em âmbito internacional que implicava no acirramento dos nacionalismos, atuou como um dos pilares da constituição de um modelo de trabalhador nacional².

O avanço do capitalismo e a negação de suas bases fordistas intensificaram a precarização das condições de trabalho e a resistência desses trabalhadores. Isso se explica pelo próprio movimento da história que proporciona continuidades e descontinuidades, avanços e retrocessos. A marcha do capitalismo produz contradições e respostas³ a essas mesmas contradições. A construção de crises cíclicas econômicas, políticas e sociais é o resultado desse processo. Um movimento dialético que não está nas fronteiras epistemológicas do mecanicismo cujos desdobramentos são previsíveis e inevitáveis, ao contrário, pois, implicam em mediações que levam à construção de outras relações sociais. A crise atua como um processo intrínseco à lógica de produção de mercadorias, apontando que o apogeu econômico e social anuncia a catástrofe e a catástrofe o apogeu. Como bem afirma Marx, a sociedade constrói problemas e obstáculos que ela mesma pode resolver e superar.

Pressupostos teóricos das crises cíclicas do capitalismo

Marx⁴ se propôs a analisar a construção das crises tomando como referência a superprodução de mercadorias e a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. O ponto de partida de Marx foi a produção capitalista. Para isso, dedicou-se a problematizar o modo de produção capitalista e suas mediações dialéticas entre as relações de produção e circulação de mercadorias. A compreensão desta contradição era fundamental para o entendimento da gênese das crises do capitalismo.

Quando Marx debate o conceito de crise de superprodução, parte do princípio que o capitalismo teria uma tendência em aumentar a produção em larga escala, desencadeando um processo de desequilíbrio entre a produção e o consumo. As massas possuiriam uma tendência em encontrar dificuldades para o acesso às mercadorias, ocasionando desajustes no sistema. A crise de superprodução corresponde ao processo em que o desenvolvimento das forças produtivas supera as necessidades de valorização do capital. Essa crise só é superada quando se desenvolve uma dupla estratégia do capital. Um processo de destruição forçada da massa das forças produtivas acompanhadas pelo aumento da exploração dos antigos mercados e a conquista de novos mercados, restabelecendo as condições de valorização do capital.

Com referência à conquista de novos mercados, verifica-se um processo histórico que aponta a tendência à internacionalização do capital. Marx afirma em “China: fósil viven-

⁽²⁾ Quando nos referimos ao crescimento do fordismo em âmbito internacional, fazemos referência ao período histórico posterior ao final da Segunda Grande Guerra Mundial, no qual o Welfare State se expandiu pelo bloco capitalista. Porém, o mesmo não foi igual nos diferentes países. Enquanto na Europa e na América do Norte, o mesmo existiu de forma completa, na América do Sul, em especial, no Brasil, se consolidou de forma parcial. As Estatais, entre elas a Petrobrás, nasceu dentro desse processo de consolidação de um fordismo parcial no país. Para aprofundar essa questão ler: Carlos Lucena. Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Autores Associados, 2004.

⁽³⁾ O conceito “respostas às crises” utilizado nesse trabalho foi retirado de Ricardo Antunes no livro “Os sentidos do trabalho”.

⁽⁴⁾ Ler Carlos Lucena. Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores. In José Claudinei Lombardi e Demerval Saviani. Marxismo e Educação: debates contemporâneos. Autores Associados, 2005. p.181-201.

te o transmissor revolucionário?” que desde o começo do século XVIII todas as grandes transformações sociais e revoluções desenvolvidas na Europa ocorreram antecipadas por crises comerciais e financeiras que se consolidaram a partir de causas supranacionais. Dialogando com a lei do contato dos extremos apontada por Hegel, aponta que o modo de produção capitalista possibilita que locais distantes no planeta se relacionem, toquem-se e se liguem. Com efeito, o mercado britânico é influenciado pelo chinês e ambos podem ser influenciados por uma crise na Índia (MELLO, 2000, p.110-114).

Marx (1966, p.248) afirma em “O capital” que o capital possui uma tendência a consolidar o desenvolvimento total das forças produtivas. A consolidação desse processo coloca ao próprio capital a necessidade de ultrapassar constantemente os limites por ele mesmo criados. Ainda com referência à necessidade de ampliação constante do capital, Marx (1973, p.375) discute no volume I dos Grundrisse que o capital é uma contradição viva, pois determina ao trabalho e à criação de valores que se constrói a partir dele uma barreira que contradiz sua tendência constante de ampliação.

Essa tendência à superprodução e à negação do trabalho apontada por Marx apresenta contradições relativas à produção que aparecem, resolvem-se e retornam novamente nas crises, pois são ligadas dialeticamente à produção. O aumento absoluto das forças produtivas proporciona que a expansão do capital ultrapasse sua concretização como valor-capital. A característica do capital de produzir sem ter o total controle dos limites do mercado aponta a consolidação do processo de superprodução de mercadorias (MAZZUCHELLI, 1983).

Assim, se o capital contém uma tendência recorrente a se abstrair das determinações de sua valorização, é através das crises que essas determinações se impõem, de modo violento, ao capital. As crises, portanto, do mesmo modo que explicitam como o capital ultrapassa “os limites dentro dos quais deve-se mover a con-

servação e valorização do valor-capital”, repõem, através da desvalorização geral, as condições para que a produção volte a transcorrer no interior desses mesmos limites (MAZZUCHELLI, 1983, p.16).

Análise da constituição da crise no capitalismo monopolista através da superprodução de mercadorias ganha maior complexidade quando relacionada à discussão da tendência histórica de redução das taxas de lucro na reprodução do capital. A lei da tendência decrescente da taxa de lucro é fundamental para a elaboração da concepção marxiana das crises.

Marx problematiza em o “livro III de O Capital” que a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro materializa uma contradição. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, maior o decréscimo da taxa média de lucro do capital. Esse processo se consolida em virtude da existência do excedente de capital. O crescimento de capital acumulado, em virtude do aumento da mais-valia, encontra uma redução de possibilidades de investimento que proporcionem uma rentabilidade adequada. Com efeito, desenvolve-se uma redução contínua do investimento produtivo, provocando uma redução dos empregos e dos salários dos trabalhadores. A redução da massa salarial impulsiona uma crise na venda das mercadorias que já foram produzidas. Instaura-se, como desdobramento desse movimento no âmbito da circulação das mercadorias, uma crise de superprodução em virtude do desequilíbrio entre a produção e o consumo que faz com que o capital reduza a sua produção, determinando a paralisação e a depressão dos mercados. Como a produção capitalista subordina o valor de uso ao valor de troca, a economia somente se reativará quando ocorrer os seguintes fatores: a paralisação e depressão dos mercados gerarem salários reduzidos; quando ocorrer a desvalorização do capital fixo em virtude das falências de várias empresas; quando o Estado intervier ou quando ocorrer um acontecimento inesperado, como uma guerra, que eleve a produção capitalista (CASTELLS, 1979, p.26).

Marx afirma que se desenvolve uma redução da taxa média de lucro porque o resultado final do processo de acumulação do capital é determinado pelo aumento da composição orgânica do capital entendida como a relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo⁵. A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto provoca uma tendência ao decréscimo da taxa de lucro, uma vez que o trabalho morto apenas transmite à mercadoria uma mesma quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Mesmo com o crescimento da mais-valia obtida no capitalismo, a relação entre o investimento e a mais-valia obtida será cada vez menos favorável ao detentor dos meios de produção. Em virtude das taxas de lucro dependerem da taxa de mais-valia, elas tenderão a cair em longo prazo (CASTELLS, 1979, p. 26-27).

Os estudos de Marx sobre a consolidação das crises cíclicas do capitalismo monopolista tiveram como referência a análise da Inglaterra. Seus resultados e considerações foram obtidos a partir de mais de uma década de estudo dos "livros azuis de contabilidade britânica", dos quais foram retirados dados que levaram à formulações sobre a acumulação do capital, as teorias da mais-valia, entre outras. Com a marcha do capitalismo expressa por um movimento crescente de acumulação que se contradiz ao processo também crescente de resistência e luta de classes, elas ainda são referência para análises no final do século XX e início do XXI. Os grandes avanços tecnológicos propiciados pela ciência, a consolidação da inclusão acompanhada de uma crescente exclusão social, colocam desafios em termos da problematização da sociedade e seus rumos futuros. Até que ponto uma sociedade tecnológica tem como base o estranhamento da humanidade com o resultado daquilo que ela mesma produz?

Mundialização e ciência capitalista

Toda essa trama de relações dialéticas não se explica por si só, não faz sentido em si mesma. Elas são resultados de graves impactos sociais materializados pelo avanço do capital mundializado. Como bem afirma Boron (2002, p.134), consolida-se uma civilização em que as decisões se concentram cada vez mais nas mãos de economistas e "especialistas" do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. Uma civilização que priva dos meios de vida três quartos da humanidade e que, em nome da racionalidade, da eficiência e do progresso, sentencia à morte, a cada ano, seja pela fome ou doenças curáveis, cerca de 40 milhões de pessoas, a maioria crianças. Em 1 ano, morrem mais da metade das vítimas ocasionadas pela Segunda Grande Guerra Mundial.

O capitalismo, enquanto um modo de produção que tem como essência a subordinação do valor de uso ao valor de troca das mercadorias, manifesta continuidades e rupturas, apogeu acompanhado de crises, consensos sociais impulsionadoras de conflitos de classe. Mézáros em "Socialismo ou Barbárie" afirma que a raiz dessas contradições está presente no conflito entre o capital e o trabalho que se manifestam na subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital. Entre as mesmas verifica-se: produção e o controle da produção; produção e o consumo; produção e circulação; competição e o monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento; expansão e crise do capitalismo; produção e destruição; dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; emprego e desemprego; economia de recursos materiais e humanos e desperdício; crescimento da produção e destruição ambiental; empresas transnacionais e

⁽⁵⁾ Para Marx, a composição orgânica do capital é composta pelas relações dialéticas entre a concorrência capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a tendência à substituição do capital variável pelo capital constante. Esse processo é marcado pela resistência dos trabalhadores que se materializa no processo de luta de classes.

Estado nacional e regulação econômica e política de extração da mais-valia (MÉSZÁROS, 2003, p.19-20).

Relacionada dialeticamente às contradições acima apontadas, existem também as que se manifestam no âmbito da ciência. A ciência, desdobramento da razão iluminista, materializa uma contradição voltada ao processo vital de milhares de seres humanos. A ciência ao mesmo tempo em que busca o sentido da vida, materializa as condições para morte. Isso se verifica nos próprios desdobramentos e mediações dialéticas que as crises manifestam nas relações sociais do mundo capitalista. O crescimento das guerras e da violência, as revoltas contra a fome e o desespero, a expansão do fundamentalismo e seu acesso a armas, colocam limites à atuação das Instituições, mesmo utilizando um poder policial internacional (KURZ, 1992, p.186-187).

A ciência, um constructo humano da humanidade para a humanidade, ao assumir uma dimensão privada, apresenta seus resultados de forma sobrenatural e contraditória. A sua marcha coloca em cheque as próprias matrizes iluministas que defendem a sua expansão como pressuposto para a construção da sociedade “mais avançada de toda existência humana”, voltada para o desvendar dos segredos da natureza e do universo: a busca do significado da origem e da existência humana.

O avanço do capitalismo problematiza essas concepções iluministas. O mesmo não inventou a ciência, até porque a mesma é tão antiga quanto o homem, mas inventou formas de explorá-la, subjugando seus resultados aos seus interesses. Esse movimento consolidou uma contradição em que a liberdade criativa se contradiz aos interesses de reprodução do capital. Tal qual bem afirma Antunes em “Os sentidos do trabalho”, o que produzir, para quem produzir e como produzir, se transformaram em grandes desafios para a humanidade. Uma problematização além das concepções pessimistas da racionalidade frankfurtiana, ou

mesmo da denúncia das amarras burocráticas propostas pelos princípios da sociologia do conhecimento. A saída para os homens não consiste na simples negação da ciência por ela mesma: agir no intuito de “apagar as luzes do mundo” e decretar a volta ao “fundo das cavernas” ou ao “topo das árvores”. O fundo da caverna só possibilita ver o mundo através das representações daquilo que ele é, e, no topo das árvores, apesar da esplêndida visão que o céu estrelado proporciona, as próprias estrelas não estão onde o olho humano imagina que estejam: seu brilho e sua beleza são ilusões que possibilitam os homens adorarem algo que talvez nem mais exista a séculos.

É nesse sentido que a problematização da ciência e seus resultados é fundamental para uma análise da sociedade capitalista. Os crescentes movimentos das crises cíclicas, as estratégias dos homens de negócios para recompor a acumulação e a resistência manifestada através da luta de classes, que por mais que a neguem e decretam a sua morte, insiste em intervir nas mediações da marcha da história, afetam diretamente a ciência, interferindo nos seus resultados e questionando a sua neutralidade. Mézszáros (2004, p.284) em “O poder da ideologia” afirma que o controle da ciência pelo Estado cresceu ao tal ponto que não se compara com os estágios passados do desenvolvimento histórico. A própria liberdade dos cientistas entrou em discussão. Os cientistas humanos têm mais liberdade inventiva do que os cientistas naturais. Os primeiros podem escrever livros críticos à ordem estabelecida mesmo que encontrem dificuldades de financiamento em agências de fomento de pesquisa. Os cientistas naturais perdem as condições instrumentais e institucionais de trabalho, se ousarem criticar a ameaça à sobrevivência da humanidade, especialmente quando desafiam os interesses da pesquisa destrutiva militar.

Mesmo o crescimento e socialização das tecnologias produzidas são passíveis de críticas. Deve-se levar em conta que três bilhões de pessoas nunca fizeram ou recebe-

ram uma ligação telefônica. No Afeganistão, apenas cinco a cada mil pessoas têm acesso a um telefone. As próprias tecnologias que circulam o planeta não são homogêneas e de última geração. Os países de terceiro mundo têm acesso a tecnologias obsoletas, ou semi-obsoletas, já abandonadas pelas nações que possuem uma posição predominante na divisão internacional do trabalho no planeta (Boron, 2002, p.48-58). Esse movimento se explica através de um processo complexo, dialético e contraditório entre a produção e a circulação das mercadorias. Mézáros (2002, p.640) em "Para além do capital" afirma que o modo de produção capitalista apresenta uma tendência de reduzir drasticamente as práticas produtivas voltadas para a durabilidade das mercadorias produzidas. *"Desse modo, a sociedade de mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados 'bens de consumo duráveis' que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os 'cemitérios de automóveis' etc) muito antes de esgotada a vida útil"*.

Para Mézáros (1996), o capitalismo possui uma incapacidade de estabelecer limites a sua própria produção. Dialogando com a Lei de Tendência à superprodução de mercadorias apresentada por Marx no "Livro III de O capital", tal qual abordamos anteriormente, defende que o capital tem dificuldade em estabelecer as diferenças entre consumo produtivo e improdutivo.

Tal inadmissibilidade prática de limites no sistema do capital emerge do modo pelo qual a prevalência da relação produtiva anterior com o *uso* é alterada de maneira fundamental no curso do desenvolvimento histórico. Como resultado, *'útil'* torna-se sinônimo de *'vendável'*, pelo que o cordão umbilical que liga o modo de produção capitalista à necessidade humana direta pode ser completamente cortado, sem que se perca a aparência da ligação. Simultaneamente, as formas de *troca*

anteriormente praticadas -, até então diretamente relacionadas à necessidade humana, quaisquer que fossem suas limitações sob outros aspectos – são superadas pelo domínio do *valor de troca*, de tal modo que, depois disso, não se pode mais conceituar a troca em si a menos que seja definida em termos de transações formalmente equalizadas de mercadorias que ocorrem na estrutura estritamente quantificadora das relações-de-troca reificadas (MÉZÁROS, 2002, p.659).

É nesse sentido que se desenvolve o império do valor de troca sobre o valor de uso. Uma mercadoria num extremo da escala pode estar constantemente em uso, ou dependendo das circunstâncias, nunca ser usada, sem perder com isso sua utilidade no que diz respeito à expansão e reprodução do capital. Isso tem sérios desdobramentos em termos do atendimento das necessidades humanas. Uma vez que os meios de produção são convertidos aos interesses do capital, os mesmos, caso os imperativos do capital assim determinem, têm que se opor às próprias necessidades humanas. Assim, em alguns casos, linhas de pesquisa e invenções que melhorariam a vida das pessoas são arquivadas, ou inteiramente reprimidas desde que atente aos interesses reprodutivos do capital. Mézáros (2002, p.663-664) afirma que esses princípios materializam a lógica da produção destrutiva baseada no fetichismo e na alienação do homem pelo trabalho. O império dos interesses do capital como determinantes da produção científica e tecnológica proporcionam um movimento auto-expansivo do capital que se contradiz aos interesses da própria humanidade. Tendo como referência essa necessidade de expansão do capital que se justifica por um retorno lucrativo em sua totalidade, o capital desenvolve formas que garantam a circulação e renovação de mercadorias. É assim que quando uma mercadoria nasce, é decretada sua morte em detrimento da criação de outras mercadorias.

Torna-se, desse modo, necessário divulgar meios que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória 'obsolescência planejada' em relação aos 'bens de consumo duráveis' produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o *transporte coletivo*) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem parte uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o "superdesperdício" de um complexo computador usado como 'processador de texto' num escritório onde um simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais (por exemplo, o 'escritório informatizado sem papel', que consome cinco vezes mais papel do que antes) (MÉSZÁROS, 2002, p.670).

Todo esse processo se desenvolve em nome da inovação tecnológica, que toma uma dimensão sobrenatural, imutável e inquestionável. A tese de redução da vida útil acompanhada dialeticamente ao aumento da velocidade de circulação das mercadorias é fundamental para a problematização de sérios problemas sociais que se materializam com o avanço do capitalismo. A mesma se articula a uma dimensão complexa que se refere à utilização ou não da força de trabalho disponível. Mézszáros afirma que o trabalho não é apenas um fator de produção, mas também uma mas-

sa consumidora fundamental para a reprodução do capital e a realização da mais-valia. Nesse sentido, se desenvolvem conflitos dentro do próprio capitalismo, no qual um homem de negócios aposta na elevação do poder de compra do trabalhador que vende sua força de trabalho a outro homem de negócios como garantia do escoamento da sua produção e acúmulo do seu próprio capital. Porém, a taxa decrescente de utilização da força de trabalho, que tem como base o desemprego estrutural, não muda apenas por iniciativas conjunturais. "*De forma desconcertante para o capital, não se pode tratar indefinidamente o trabalho como um mero 'fator de produção', nem mesmo explorando ideologicamente a oposição fictícia entre trabalhador e consumidor, de modo a submeter o trabalhador em nome da mítica do 'Consumidor' com letra maiúscula*" (MÉSZÁROS, 2002, p.673-674).

Todo esse movimento produz uma contradição na acumulação do capital que se manifesta na necessidade crescente de consumidores em massa acompanhada da redução do trabalho vivo.

É de fato, a contradição antagônica e, por fim, explosiva dessas duas necessidades fundamentais, porém inconciliáveis, do capital que domina o discurso da moderna teoria econômica burguesa, oferecendo 'conciliação' imaginária da contradição em questão pela nova redação de seus termos de referência e pela redefinição da substância de seus componentes, com o propósito da racionalização ideológica. Conseqüentemente, a 'ciência econômica' não só inventa 'o Consumidor' como entidade independente, mas também invoca o capitalista como 'o Produtor', reduzindo ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante. Dessa maneira, a economia burguesa do século XX simultaneamente reflete e legitima, de um modo caracteristicamente invertido, a mais anti-social e desumanizante tendência do capital para a expulsão brutal

do trabalho vivo do processo de trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p.673).

Assim, o desemprego assume uma dimensão de disfunção temporária, cuja base é tecnológica e as soluções também se encontram nas fronteiras da tecnologia. A redução da capacidade de consumo relacionada ao crescente desemprego estrutural coloca, a princípio, sérios problemas em termos da potencialidade acumulativa do capital. Porém, como esse processo não é mecânico, mas sim dialético, iniciativas são construídas visando a superação dessa situação. É nesse sentido que se constroem estratégias para a circulação de mercadorias tão bem problematizadas por Goron e Mézáros. Em primeiro lugar, a redução da capacidade de consumo de parcela dos trabalhadores expulsos do mercado de trabalho é substituída pelo aumento da velocidade daqueles que ainda podem consumir. Esse é o sentido da tese de redução da vida útil das mercadorias, acelerar a velocidade daqueles que ainda podem consumir, garantindo a reprodução do capital investido na produção. Em segundo lugar, tal qual afirmamos anteriormente, a heterogeneidade das tecnologias que circulam pelo planeta. Apesar das alternativas de um considerável segmento de empresas impulsionadas pelos princípios toyotistas de organização técnica e gerencial da produção, as bases da produção em massa ainda permanecem na produção de mercadorias, até porque a própria dimensão do toyotismo varia de país para país. Desenvolve-se um amplo debate entre a Escola de Regulação e o Marxismo em termos das possibilidades e limites do toyotismo. A primeira, desenvolvendo estudos na década de noventa do século XX, acreditava que o toyotismo promoveria uma nova regulação na Europa similar à produção em massa. A segunda, acreditando que o toyotismo significava nas formas de exploração de mais-valia absoluta e relativa no processo produtivo. Para aprofundar essa discussão ler: Antunes (1999); Coriat (1994); Gounet (1999); Lipietz (1988); Soares (1998); Ohno (1997) e Oliveira (2004).

Tomando como referência a dimensão internacional presente na circulação de mercadorias, a própria divisão internacional do trabalho garante um movimento de utilização máxima das tecnologias que são produzidas, mantendo a velocidade de circulação sobre controle. Com efeito, ao mesmo tempo em que são criadas como novidades em países desenvolvidos, o seu processo destrutivo não implica no seu desaparecimento, mas sim o envio dessas tecnologias para países subordinados em termos de desenvolvimento tecnológico. A contradição entre a produção e a destruição garante a subordinação de continentes para continentes, de grupos transnacionais para Estados nacionais, etc.

A indústria armamentista é um exemplo dessa afirmação. A mesma pode ser problematizada tendo como referência a circulação de tecnologias obsoletas e sua essência destrutiva enquanto processo de mediação do homem com a natureza. Com a queda do Leste Europeu, os estoques de armamentos obsoletos, de países que o compunham, foram vendidos para grupos de poder que implementaram lutas internas pelo controle político de seus países no continente africano, entre outros. Essas armas foram vendidas também ao narcotráfico internacional que as utilizou como garantia de circulação de suas mercadorias: *a cocaína, o crack, a heroína, entre outras*. As mesmas proporcionaram a consolidação de um círculo vicioso da morte, que tem início pela adoção de armas tanto contra a repressão do Estado, como pela garantia da supremacia dos conflitos entre traficantes rivais pelos pontos de venda e consumo, e se completa pelo provável destino daqueles que a consomem e não conseguem se libertar: *o óbito*.

As dimensões da produção científica armamentista são preocupantes, uma vez que atentam ao próprio futuro da humanidade. Em conferência realizada na Anped (Associação Nacional de Pesquisa em Educação) em 2004, José Dias Sobrinho relatou que dois dias de investimento dos EUA nas indústrias bélicas norte-americanas são suficientes para finan-

ciar toda a universidade pública da América Latina durante um ano. Boron (2004, p.144) afirma que os Estados Unidos são responsáveis pela metade dos gastos mundiais em armamentos, e mantém bases e missões de treinamento militar em 121 países do planeta. Mészáros (2004, p.285) aponta que o complexo militar-industrial controla 70% de toda a pesquisa científica dos EUA. Ao mesmo tempo, na Grã-Bretanha os índices percentuais correspondem a 50%.

Mészáros recupera os diálogos de Einstein com referência à destrutividade da indústria armamentista e seus perigos ao futuro da humanidade. Mesmo considerando os limites que citações secundárias trazem aos trabalhos científicos, a centralidade e originalidade desses debates merecem ser recuperadas.

A crença nacional de que é possível alcançar a segurança através dos armamentos é, no presente estado de tecnologia militar, uma ilusão desastrosa. [...] Qualquer ação relacionada à política externa é dirigida por uma única consideração: como devemos agir para alcançar a superioridade máxima sobre o inimigo em caso de guerra? A resposta tem sido: fora dos Estados Unidos, devemos estabelecer *bases militares* em todo ponto possível e estrategicamente importante no globo, além de armar e reforçar economicamente nossos aliados potenciais. E, dentro dos Estados Unidos, *um enorme poder financeiro está sendo concentrado nas mãos do militares*; a juventude está sendo militarizada; e a lealdade dos cidadãos, particularmente dos funcionários públicos, é cuidadosamente supervisionada por uma *força policial que a cada dia fica mais poderosa*. As pessoas com pensamento político independente são molestadas. O público é sutilmente *doutrinado pelo rádio, pela imprensa, pelas escolas*. Sob a *pressão do segredo militar*, a extensão da informação pública é cada vez mais restrita. [...] O aspecto estranho deste desenvolvimento está

em seu *caráter aparentemente inexorável*. Cada passo parece ser a consequência inevitável do passo anterior. E no fim, aparecendo cada vez mais clara, está a *aniquilação geral*.

Enquanto se mostrou possível, a um custo extremamente alto, derrotar os alemães, os queridos norte-americanos vigorosamente assumiram o lugar deles. [...] a calamidade alemã de anos atrás se repete: as pessoas aquiescem sem resistência e se alinham com as forças do mal. E a isto *assistimos impotentes*.

Quando olho a humanidade hoje, nada me surpreende tanto ver como é curta a memória do homem em relação aos desenvolvimentos políticos. Ontem, os processos de Nuremberg; hoje o máximo esforço para rearmar a Alemanha. Buscando algum tipo de explicação, não consigo libertar meu pensamento de que esta, a última das minhas pátrias, inventou para o seu próprio uso um *novo tipo de colonialismo*, um colonialismo menos evidente que o da velha Europa. Consegue *dominar outros países investindo capital norte-americano neles*, o que torna esses países *solidamente dependentes* dos Estados Unidos. Qualquer um que se oponha a esta política ou as suas implicações é tratado como um *inimigo dos Estados Unidos* (MÉSZÁROS, 2004, p.276-277).

Uma das grandes polêmicas com relação à participação de Einstein na produção militarista faz referência às pesquisas que levaram à criação da Bomba Atômica. Suas justificativas, mesmo hoje, em torno de sessenta anos após o ocorrido, são palco de controvérsias que permitem problematizar os impactos da ciência enquanto escolhas privadas de grupos de poder que não correspondem aos interesses da coletividade humana.

Minha ação quanto à bomba atômica e Roosevelt consistiu meramente no fato de que, em razão do risco de Hitler ser

o primeiro a possuir a bomba, assinei uma carta ao presidente que foi redigida por Szilárd. *Se eu soubesse* que aquele medo era injustificado, eu, assim como Szilárd, jamais teria participado da *abertura desta caixa de Pandora*. Pois minha desconfiança em relação aos governos não se limitava ao da Alemanha (MÉSZÁROS, 2004, p. 282).

Mészáros realiza uma crítica à concepção armamentista que influencia a ciência ca5urso, afirma que uma sociedade baseada em uma divisão do trabalho consolida um movimento dialético ao qual as forças materiais correspondem às determinações estruturais fundamentais da sociedade que produzem os homens que necessitam, mesmo no âmbito da ciência. Esse é um movimento que possibilita a imposição de imperativos estruturais destrutivos sobre toda a sociedade, desconsiderando as conseqüências.

É um símbolo da nossa época que as mais elevadas realizações intelectuais sejam recompensadas com uma grande soma em dinheiro ligada a um prêmio – o prêmio Nobel – que representa o investimento lucrativo da fortuna acumulada pelo inventor da maior força de destruição conhecida pelo homem antes da bomba atômica. Além disso, a obscenidade de se glorificar os poderes de destruição assume forma ainda mais abertamente cínica ao se conceder o “prêmio Nobel da Paz” para certas figuras públicas que, em virtude de seu alto cargo, foram diretamente responsáveis por grandes crimes contra a humanidade, sob forma de bombardeios de saturação e outros atos de genocídio contra pessoas indefesas. Eis como o poder do complexo militar-industrial consegue transformar tudo em seu oposto, remodelando a sua própria imagem, no interesse de sua autolegitimação, até a escala de valores pela qual tais atos poderiam ser avaliados, enquanto – como escreveu Einstein à rainha-mãe da Bél-

gica – ‘a isto nós assistimos, impotentes’ (MÉSZÁROS, 2004, p. 283).

Problematizar a indústria armamentista implica em conceber que sua produção é voltada para a elaboração de mercadorias da morte, a materialização da irracionalidade humana pela transformação da natureza. Em um processo, tal qual discutimos acima, ao qual a sociedade produz os homens que ela necessita, constatamos um triste prognóstico que se explica pela própria divisão de classes sociais: *os pobres constroem as armas que matam os próprios pobres, mas se esquecem que são os ricos que as vendem*. Com o avanço da destrutividade do capitalismo, apontamos um prognóstico que infelizmente supera o acima enunciado: *os pobres constroem as armas que matam os pobres, os filhos dos pobres, os filhos dos ricos e os próprios ricos que as vendem. A criação que se volta contra o próprio criador*.

À ciência capitalista se colocam grandes desafios. Como dar uma dimensão social a sua produção? Como garantir que seus resultados se voltem ao benefício de toda a sociedade, evitando os genocídios armamentistas por um lado, e garantindo, por outro lado, que milhares de seres humanos não morram em virtude de patologias, cujo remédio esteja ao seu lado, porque não tem condições de adquiri-lo. Como já afirmamos, não acreditamos que a simples negação da ciência seja o caminho. O próprio Marx, dentro de suas raízes iluministas, afirmava que a ciência e tecnologia eram uma vitória do homem sobre a natureza. No livro primeiro de “O capital”, capítulo XIII, apontava que a tecnologia manifestava uma atitude ativa do homem para com a natureza. Esse processo significava a produção da sua vida e, por conseguinte, das suas condições sociais de vida e das representações espirituais que delas derivam. Nesse sentido, o desafio consistia não na simples negação, mas em uma socialização e humanização dos seus resultados tal qual alertou o próprio Einstein: *“por que a ciência aplicada, que é tão magnífica, economiza trabalho e torna a vida mais*

fácil, nos proporciona tão pouca felicidade? A resposta é simples: ainda não aprendemos a utilizá-la adequadamente” (MÉSZÁROS, 2004, p.288).

Todo esse processo destrutivo ao qual está inserido a ciência e a tecnologia é pressuposto para a problematização da precarização do trabalho. A mesma não se entende por si só, mas sim como um desdobramento em que o particular se explica no geral e vice-versa. A precarização do trabalho é o resultado dessas complexas mediações dialéticas que se manifestam tanto no âmbito das crises do capitalismo, como na utilização dos resultados e aplicação da ciência.

As mediações entre as crises do capitalismo, a ciência e a precarização do trabalho na Petrobrás

Percorremos um complexo caminho até então. O debate sobre as crises do capitalismo monopolista e suas mediações com a ciência e a produção de mercadorias se traduzem na problematização de uma categoria central: o *trabalho*. O mesmo é a referência para a discussão dos processos precarizantes existentes na sociedade. Seu debate não se concretiza nas fronteiras do mecanicismo, mas sim em concepções dialéticas que se articulam a partir das estratégias que os homens de negócios constroem para a acumulação do capital que se contradiz com a resistência e luta de classes dos trabalhadores na história. Esse movimento contraditório baseado em avanços e retrocessos, em permanências e continuidades, em ideologias e negação dessas mesmas ideologias, constrói processos sociais que são o resultado da incorporação e superação das mediações do passado. Esses por sua vez, quando se consolidam, anunciam outras mediações que resultam em outros processos sociais. É o “sopro da história” que dá sentido e anuncia a materialidade das ações humanas. Como bem afirma Marx (1987) em “A Miséria da Filosofia”, que as relações sociais possuem sólidas ligações com as forças produtivas. Ao

adquirir novas forças produtivas, os homens modificam o seu jeito de produzir, a maneira de ganhar a vida, transformando assim todas as relações sociais.

As crises e suas respostas resultam dessas contradições. Seus desdobramentos não são sobrenaturais, mas sim resultados de ações humanas intencionais que se materializam a partir de uma visão de mundo, uma concepção de classe social. O Welfare State é um exemplo. O mesmo foi construído como resposta capitalista à hecatombe da Segunda Grande Guerra Mundial. A difusão internacional do jeito americano de viver e trabalhar e seus imperativos ideológicos defensores da “possibilidade concreta da felicidade nas fronteiras do capitalismo”. O acirramento dos nacionalismos, a reconstrução da Europa Ocidental e do Japão pelos Estados Unidos e a afirmação de que o acesso ao consumo em larga escala daria sentido às vidas humanas constituiu seus alicerces.

A Petrobrás foi construída no bojo dessas relações sociais. Os debates que levaram a sua fundação atingiram tanto os plenários políticos, quanto às ruas e avenidas das principais cidades do Brasil: *a materialização de um projeto de desenvolvimento e um modelo de trabalhador nacional que apontariam bases para uma inserção econômica internacional do país similar às nações mais desenvolvidas da América do Norte e da Europa*. Um debate envolto de paixões e utopias com bases no senso comum e no descrédito da marcha da história, desconsiderando, como bem lembrou Hobsbawm (1988) em “A era dos impérios”, que o avanço do imperialismo se baseou na partilha do planeta. Uma partilha que tinha como princípio uma sólida divisão internacional do trabalho baseada em países consumidores e produtores de tecnologias, impulsionada por uma lógica de produção científica com alicerces na alienação, na produção e na destruição, como bem demonstrou Mézszáros em “O poder da ideologia”.

Tendo como referência o processo de crises cíclicas do capitalismo como expressão

de contradições inconciliáveis, o Welfare State mergulhou em uma crise de superprodução de mercadorias que se acirrou a partir da crítica e intervenção dos movimentos sociais no final da década de 1960 – que implicou em decréscimo de produtividade e consumo –, e, com os choques do petróleo no Oriente Médio na década de 1970 – que propiciou dificuldades ao acesso a matérias primas e energia – acompanhadas de fortes mobilizações internas antiamericanas nos países produtores de petróleo. Tendo como referência o movimento de incorporação e superação apresentado anteriormente, os homens de negócios construíram estratégias para superação dessa crise, estratégias essas que se estenderam pelo planeta, sendo sentidas com maior ou menor intensidade dependendo do nível de luta de classes e resistência que variava de país para país⁶.

Os homens de negócios ao refutar a lógica fordista baseada em políticas keynesianistas de intervenção estatal na economia, refutaram todas as empresas estatais representantes de um projeto nacional de desenvolvimento e detentores de segmentos estratégicos de negócios. A Petrobrás, executora até então do Monopólio Estatal do Petróleo, passou a sofrer ataques que visaram restringir a sua atuação no mercado. É nesse sentido que os trabalhadores da Petrobrás passaram a ser negados pelo movimento histórico do capital. O avanço da crise do Estado Regulador Fordista materializou condições precárias ao trabalho vivo. Entre 1989 a 1996 ocorreu uma redução de 15.781 postos de trabalho. A Multifunção proporcionou uma redução de 4 para 1 trabalhador. Entre 1998 e 1999, ocorreram 74 mortes de petroleiros, sendo 59 em empresas terceirizadas. Considerando o período, esse valor corresponde a quase 1 terço das mortes nos conflitos entre palestinos e judeus. No final da década de 1990 e início da seguinte, somente nas plataformas marítimas, ocorria 1 morte a cada 15 dias (LUCENA, 2004, p.166-170).

A precarização dos trabalhadores deve ser problematizada verificando um duplo movimento do capital. Mészáros (2003, p.21-23) afirma que em crise estrutural, o capital não tem mais condições de se preocupar apenas com o aumento do círculo do consumo para o benefício social, mas sim para a garantia de sua reprodução ampliada que só pode ser assegurada através da consolidação de várias formas de destruição. O processo de realização do capital compreende o consumo e a destruição como equivalentes funcionais.

A reprodução do capital e seus impactos na formação profissional e precarização das condições de trabalho deve ser problematizada. As teses referentes ao otimismo tecnológico se contradizem com a precarização do trabalho. São nas fronteiras do primeiro que se constroem os discursos que apontam a edificação de um trabalhador superior, dotados de elevados conteúdos intelectuais – o capital intelectual – para vender a sua força de trabalho em fábricas com máquinas e equipamentos cada vez mais avançados. É no interior desses princípios que se elaboram a crítica à educação como principal responsável em não promover formação humana compatível às necessidades “do mercado”, uma afirmação fenomênica que desconsidera a complexidade dialética dos processos sociais.

Essas afirmações se baseiam em um tipo de trabalhador ideal que não corresponde à forma como ele é e àquilo que ele faz. Para tanto, é necessário romper com as concepções idealistas do trabalho concreto e problematizar como trabalham os trabalhadores e o que o maior ou menor nível escolar influencia ou não nesse processo. Uma reflexão que recupere o cotidiano da transformação de matérias primas em mercadorias, mas que não perca de vista as complexas mediações dialéticas que a constituem presentes na dimensão sócio-metabólica do capital. Esse esforço permite perceber que a materialização do trabalho concreto é complexa e varia

⁶ Enquanto a Europa assiste a um amplo processo de reestruturação capitalista, na América Latina os conflitos se baseiam na luta pela abertura democrática que tinha suas bases na crítica, resistência e superação dos governos militares.

de ramo para ramo produtivo. Os diferentes ramos produtivos possuem particularidades e especificidades que são inerentes às características das mercadorias que estão em produção. Um trabalhador petroleiro manuseia máquinas e equipamentos que não permitem o contato visual com as diferentes reações físico-químicas que transformam as matérias primas em produtos nobres, tais quais a gasolina, o querosene, o gás de cozinha, etc. Um metalúrgico, ao contrário dos primeiros, lida com máquinas que permitem a visualização da transformação do ferro, do aço, do plástico, entre outros, em eletrodomésticos, máquinas, automóveis, etc. Logo, a forma de trabalhar de um petroleiro é diferente de um metalúrgico.

Continuemos então nossa reflexão e tomando agora como referência a influência do nível escolar no desempenho dessas funções. Os petroleiros são uma categoria profissional que possuem abrangência nacional. São refinarias e plataformas de petróleo que se espalham por todo o Brasil. Apesar das particularidades das diferentes unidades da Petrobrás, os princípios de operação são os mesmos. Porém, o nível de escolaridade de seus trabalhadores varia de região para região. Enquanto nas regiões sul e sudeste o nível escolar dos petroleiros para funções em cargos de nível médio, tais quais operação de refinaria, cargos administrativos, etc, é maior, com parcelas consideráveis de trabalhadores com nível superior, nas regiões norte e nordeste, os índices escolares são mais baixos para o *desempenho das mesmas funções*. Os metalúrgicos também são exemplos. Enquanto no oeste do estado de Santa Catarina existem indústrias de máquinas com sofisticados

maquinários tecnológicos, seus trabalhadores possuem no máximo as quatro primeiras séries do ensino fundamental, com boa parte dos trabalhadores nem atingindo esse patamar educacional.⁷ Em indústrias semelhantes na grande São Paulo, a exigência escolar, *para funções similares*, é o ensino médio⁸, e, em alguns casos, até mesmo o ensino superior.

Como se explica essa questão? Ora, se as teses do otimismo tecnológico apontam como indispensável o maior nível escolar para o desempenho profissional, como trabalhadores heterogêneos vendem a sua força de trabalho de forma similar com formação educacional diferenciada? Deve-se levar em conta que o nível escolar da força de trabalho varia de região para região do Brasil. As exigências por uma maior ou menor inserção na escola dependem das características do exército de reserva de mão de obra presente na região. Com efeito, essas exigências atentam mais a concepções ideológicas referentes ao desempenho das tarefas, do que sua necessidade em si. Os metalúrgicos são exemplo dessa afirmação. No oeste do estado de Santa Catarina, conforme afirmamos, o nível escolar da força de trabalho é mais baixa e de nada adiantaria exigências similares à grande São Paulo, pois não encontrariam trabalhadores para tal. Ao mesmo tempo, deve-se levar em conta que em um processo mundializado, algumas empresas migram para regiões que oferecem melhores incentivos fiscais e o nível de lutas de classe não é avançado, permitindo a compra da força de trabalho por valores reduzidos. Enquanto os trabalhadores do oeste de Santa Catarina recebem em média 1 salário mínimo e meio por mês, na grande São

⁽⁷⁾ Pesquisa desenvolvida junto à Universidade do Contestado, em Caçador, Santa Catarina, com financiamento da Funcitec (Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina), que levantou o nível de escolaridade de aproximadamente 35 mil trabalhadores das indústrias da madeira e metalúrgicas na região oeste do estado.

⁽⁸⁾ O que se deve levar em conta com essa discussão é a relação entre o desempenho da função não tem relação com a escola formal, uma vez que as empresas não dependem da escola para a formação dos seus trabalhadores. De acordo com dados do Dieese, os metalúrgicos têm, em média 6,5 anos de estudo e abandonaram a escola, em média, aos 20,2 anos predominantemente porque precisavam trabalhar (57%). Com relação à Educação Profissional, 60% jamais fizeram qualquer curso profissionalizante e os 40% que tiveram esta oportunidade, fizeram em média 0,8 cursos, com destaque para os de Informática, Torneiro Mecânico, Inglês, Desenho Mecânico, Ajustador Mecânico, Leitura e Interpretação de Desenho Mecânico, Dattilografia e Eletricista. Os trabalhadores procuraram estes cursos, predominantemente, por iniciativa própria e cursaram-nos preferencialmente no SENAI e na própria empresa onde trabalham. www.dieese.org.br

Paulo a remuneração salarial é em média, o dobro dos primeiros⁹.

Relacionada à questão acima está a dimensão das relações entre o homem e a máquina. Marx no “Capítulo VI inédito do Livro Primeiro do Capital” problematiza essa dimensão da relação do trabalho vivo com o trabalho morto, defendendo que a consolidação dos processos alienantes dos homens para com a ciência e tecnologia privada promoveu uma importante inversão. A ciência é tão antiga quanto o homem, não nasceu com o capitalismo. O último desenvolveu e desenvolve, cada vez mais, formas sofisticadas de explorá-la. Se antes as máquinas foram criadas como extensão dos braços dos homens, agora são os homens que se transformaram, em maioria absoluta, em braços dessas mesmas máquinas.

Com efeito, trabalhar com máquinas mais complexas não significa a concretização de trabalhadores mais sábios e não alienados, até porque, a máquina não se expressa por si só. O encanto com as máquinas e a tecnologia proporciona uma visão mecanicista que desconsidera as contradições entre o capital e o trabalho. Uma visão que dá vida a quem não tem, transformando-a como um novo “ópio” da sociedade, cujos imperativos se apresentam como neutros, mas que representam os projetos de classe e visões de mundo. São essas concepções que os otimistas tecnológicos defensores de uma concepção educacional voltada aos estreitos interesses do mercado parecem não perceber. A alternativa não está em um processo educacional defensor de um neotecnicismo, mas sim de princípios educativos voltados para o acesso à cultura como forma, inclusive, da humanidade deixar de entender a ciência como algo sobrenatural, reivindicando o uso dos seus resultados como pressuposto para a melhora das condições de vida de todos os seres humanos. É por isso que as máquinas não falam por si só. Elas de-

vem ser problematizadas como parte de uma totalidade através da qual, como bem afirma Marx, a aparência se difere da essência dos processos sociais.

Uma crítica às teses do otimismo tecnológico possibilita articulá-las à precarização do trabalho em que as intenções dos homens de negócios se apresentam em um movimento totalizante do mercado capitalismo. Deve-se levar em conta que a concorrência e disputa pelo incremento de novas tecnologias, muda consideravelmente a composição do capital. O capital se reproduz de forma mais intensa em sua dimensão variável. Porém, a corrida tecnológica impulsiona o investimento em capital constante em detrimento do variável. Esse processo reduz a capacidade de reprodução do capital, uma vez que em sua dimensão constante, o mesmo se paga pelo princípio da depreciação, reduzindo radicalmente a velocidade de se reproduzir. As estratégias que são construídas para a recomposição da acumulação do capital têm suas bases na elevação da exploração da mais-valia como forma de elevar os ganhos em termos de capital variável. Isso significa intensificação do trabalho tanto na sua forma absoluta como relativa, variando, com maior ou menor intensidade, de acordo com o nível de resistência dos trabalhadores.

Esse movimento de recomposição do capital ao mesmo tempo em que proporciona condições desumanas de trabalho por um lado, das quais os petroleiros são exemplo, promove por outro lado uma concentração radical da ciência e seus resultados como pouco se viu na história da humanidade. É nesse sentido que as mediações dialéticas existentes entre as crises do capitalismo e suas alternativas, a produção científica e a precarização do trabalho se chocam e criam outras relações sociais. É por isso que a precarização do trabalho e a (des) qualificação dos trabalhadores não se explicam por elas mesmas.

⁽⁹⁾ De acordo com dados do Dieese, em novembro de 2005, o salário mínimo necessário para uma família de dois adultos de duas crianças seria de 1551,41 reais. Atualmente o salário mínimo brasileiro é de 300 reais.

Problematizar a dimensão totalizante das relações sociais que se expressam através do trabalho implica em enfrentar um debate que aponte as diferenças entre a qualificação e a especialização profissional. Os defensores da centralidade da especialização afirmam que o conceito de qualificação não se aplica à dinâmica da produção capitalista. Tomando como referência a dimensão do trabalho em si, afirmam que o crescimento da sua simplificação se justifica pelo predomínio da especialização profissional. Essas concepções recuperam a transição da corporação feudal para a manufatura como pressuposto para a construção de um trabalhador especializado. Nesse sentido, de acordo com essa visão, as próprias lutas dos trabalhadores tomaram uma dimensão reacionária, uma vez que reivindicavam a volta às formas de trabalho feudais que não mais se aplicavam, transformando suas lutas em bandeiras políticas que demonstrariam uma incompreensão do processo histórico.

Nossa discordância com as concepções apresentadas acima tem como referência um pressuposto central: *a pertinência da luta de classes enquanto motor da história*. Partimos do princípio que a noção de qualificação profissional se explica pela totalidade das relações sociais, as quais pressupõem as complexas mediações existentes na sociedade capitalista. Esse foi o sentido do esforço que realizamos em recuperar as mediações e contradições presentes na sociedade capitalista que possui uma complexidade produtiva destrutiva que não se explica dentro do “império, dos princípios e das fronteiras da manufatura”. A recuperação do princípio da totalidade nos aproxima da própria estrutura conceitual presente em “O capital”, pela qual as mercadorias se explicam por uma concretização do trabalho concreto e abstrato, que por sua vez se explicam pelas teorias da mais-valia absoluta e relativa que se explicam pela teoria das crises do capitalismo. Mézáros realizou caminho semelhante em “Para além do capital.” A discussão da dimensão sócio-metabólica do capital baseada na relação tríade entre o Estado, o capital e o trabalho serviu como

princípio para a denúncia das condições destrutivas presentes no avanço da sociedade capitalista.

Toda essa dimensão totalizante apresentada não desconsidera o particular, mas sim o problematiza em um processo maior, da qual as partes se explicam no todo e todo se explica nas partes. Essa afirmação é fundamental, pois dá sentido à própria luta dos trabalhadores. Sua dimensão política não está na ausência de compreensão da contradição entre a qualificação e a desqualificação profissional, mas sim na denúncia das condições desumanas que os homens constroem para eles mesmos. Com efeito, as ações dos trabalhadores e dos intelectuais que defendem essas concepções não são reacionárias, o contrário, denunciam que as estratégias para transformação da sociedade não se encontram em uma espécie de *hermenêutica do trabalho*, fugindo de armadilhas conceituais que não permitem problematizar a complexidade e concretude da reprodução do capital. Foi inclusive dentro dos princípios dessa forma de *hermenêutica do trabalho* que se concretizou o debate que apontava que as tecnologias de produção japonesa, por incorporar reivindicações históricas do movimento operário, eram mais vantajosas aos trabalhadores, desconsiderando o crescimento da exploração radical de mais-valia e dos processos de estranhamento do e pelo trabalho.

É por isso que a tese da especialização do trabalho entendida como um fim em si mesma não consegue explicar a complexidade das relações sociais presentes no processo de acumulação do capital. Entendemos que a qualificação profissional é um conceito que se forma para além do manuseio das máquinas e das fronteiras das fábricas com suas opções organizativas. A qualificação profissional, muito mais do que um conceito econômico, é um conceito político, cuja essência está na dinâmica da luta de classes. Sua problematização implica na negação dos princípios do darwinismo social que se materializam no crescimento da individualidade tão bem defendida por

Hayek em “O caminho da servidão”, essa sim, materialização de processos desqualificantes que não só precarizam o trabalho, mas que dificultam o próprio homem se entender enquanto um ser social.

O trabalho na Petrobrás é um exemplo. Quando a plataforma P-36 da Petrobrás afundou em 2001, as esposas dos petroleiros vitimados iniciaram uma luta pela recuperação dos “ossos dos maridos” como forma de denúncia à sociedade das precárias condições de trabalho. O depoimento abaixo demonstra as condições de trabalho dos petroleiros, convidando o leitor a uma reflexão de como os complexos processos sociais aqui debatidos podem concretizar formas crescentes de precarização no e pelo trabalho.

Meu marido ficou em Quebec, no Canadá, de junho a setembro de 1999, acompanhando as obras da P-36. Foram três meses de sofrimento pela saudade e de preocupação, já que ele não estava nada satisfeito com o que estava vendo. Ele ligava e dizia: ‘Filha, está tudo errado, tudo feito errado, não sei como isso vai ficar.’” Lembra Ivani, enquanto pegá o álbum com as fotos dele no Canadá. A maioria mostra o operador no alto da plataforma, a uma altura equivalente a um prédio de quarenta andares. “O bobo tinha orgulho, olha a cara dele, mesmo sabendo de todas as falhas”, comenta Ivani. “Ele dizia: ‘Filha, agora estou fazendo o trabalho de quatro pessoas e as plataformas estão se transformando em sucatas maquiadas’,” conta. Quando visitou a P-25 em companhia do marido, em 1998, Ivani pôde ver com os próprios olhos as coisas às quais ele se referia. A plataforma ainda estava em obras, sem diversos equipamentos e, no lugar das quadras de esporte que deveriam servir ao lazer dos funcionários, havia um enorme alojamento para os operários das empreiteiras feito com tapumes, como nos canteiros de obras da construção civil. “Quando relatamos ao pre-

sidente Reichstul que nossos maridos nos diziam que as condições de trabalho e manutenção da plataforma estavam cada vez mais precárias pelo acúmulo de funções e terceirização, ele nos disse que não se devia discriminar os funcionários terceirizados. E eu respondi que, quando visitei a P-25, tinha sido a primeira vez que tinha visto uma favela em alto-mar, com tapumes de madeira e cheiro de banheiro de bar. Perguntei: ‘Para que vamos discriminar os terceirizados, se a Petrobrás é a primeira a fazer isso, permitindo que eles trabalhem naquelas condições, oferecendo comida de qualidade diferente, expondo todos ao risco sem treinamento?’ O que estou dizendo aqui é que essa política da empresa é que matou o meu marido, como ele já havia me prevenido. “Se alguma coisa acontecer comigo, não deixe o assistente social da empresa passar do batente da porta. Não deixe que eles te enrolem, filha. Vai atrás, investigue, porque há tanta coisa errada ali que a responsabilidade por qualquer acidente é deles”. (Depoimento da viúva de petroleiro. APUD Amaral, 2001).

Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BORON, Atílio A. Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. In: BORON, Atílio A. (org.). **Nova Hegemonia Mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2004.
- BORON, Atílio A. **Império imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri**. Buenos Aires, Clasco, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. SP: Paz e Terra, 1979.

CORIAT, Benjamin. **Pensar ao avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização; Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. S.P. Boitempo Editorial, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. J. **A era dos impérios 1875-1914**; Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**, Trad. Karen Elsabe Barbosa. SP: Paz e Terra, 1992.

LUCENA, Carlos. **Tempos de destruição**: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, MG: Edufu, 2004.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. Tradução Catherine Marie Matthieu. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, K. **O Capital – crítica de la economia política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.

MARX, K. **Elementos fundamentais para la crítica de la economia política**. Grundrisse. Argentina: Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

MARX, K. **Miséria de la filosofia**: respuesta a la filosofia de la miséria de P. – J. Proudhon. México: Siglo Veintiuno Editores, 1987.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. Unicamp: Instituto de Economia, 1983.

MELLO, Alex Fiúza de. **Capitalismo e mundialização em Marx**. SP: Editora Perspectiva, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. SP: Ensaio, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. SP: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? Trad. Paulo Cezar Castanheira. SP: Boitempo Editorial, 2003.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. SP: Boitempo Editoria, 2004.

OLIVEIRA, E. **Toyotismo no Brasil**: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. SP: Expressão Popular, 2004.

OHNO, T. **O sistema toyota de produção**. Além da produção em larga escala. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SOARES, J. L. **Sindicalismo no ABC paulista**: Reestruturação produtiva e parceria. Brasília: Outubro - Centro de Educação e Documentação popular, 1998.

SWWEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. SP: Abril Cultural, 1983.